

*BOLETIM GLOBAL DO
CENTRO DE ESTUDOS EM
POLÍTICA GLOBAL DO INSTITUTO
BRASILEIRO DE ENSINO,
DESENVOLVIMENTO E PESQUISA*

Boletim Global nº 2

COP30 na Amazônia: implementação, justiça climática e os novos contornos da governança global

COP30 in the Amazon: implementation, climate justice, and the new contours of global governance

Rafael Gomes França, Carolina Moreira de Figueiredo, Júlia Azevedo Barroso, Liele Rodrigues da Silva, Natália Seifert Grala e Thaís Alcantara de Marrocos

Resumo:

Este informe, o segundo e último elaborado pelo CEPG em 2025, apresenta uma análise da COP30, realizada em Belém do Pará, marco simbólico e político do debate climático ao ser sediada, pela primeira vez, na Amazônia e no Brasil. Com base em documentos oficiais, cobertura da imprensa e reflexões coletivas, o texto examina a passagem do regime climático do desenho normativo para os desafios da implementação. Discute os limites e resultados da conferência, o destaque do Tropical Forests Forever Facility e seus elementos de governança e justiça, bem como os impasses em torno de combustíveis fósseis, financiamento e transição justa. Por fim, aborda a participação indígena, os dias temáticos e a dimensão geopolítica da COP30, incorporando contribuições de entrevistas com André Rodrigues de Aquino e Luiz Andrade Filho.

Palavras-chave: COP30; Amazônia; justiça climática; governança global.

Abstract:

This report, the second and final one produced by CEPG in 2025, presents an analysis of COP30, held in Belém do Pará, a symbolic and political milestone in the climate debate as it was hosted, for the first time, in the Amazon and in Brazil. Based on official documents, media coverage, and collective reflections, the text examines the shift of the climate regime from normative design toward the challenges of implementation. It discusses the limits and outcomes of the conference, the prominence of the Tropical Forests Forever Facility and its governance and justice dimensions, as well as the impasses surrounding fossil fuels, climate finance, and just transition. Finally, it addresses Indigenous participation, thematic days, and the geopolitical dimension of COP30, incorporating insights drawn from interviews with André Rodrigues de Aquino and Luiz Andrade Filho.

Keywords: COP30; Amazon; climate justice; global governance.

Introdução

A realização da COP30 em Belém do Pará representou um deslocamento simbólico e político significativo do centro das negociações climáticas globais. Pela primeira vez, a Conferência das Partes ocorreu na Amazônia, território diretamente afetado pelas mudanças climáticas e, ao mesmo tempo, historicamente marginalizado nos processos decisórios internacionais¹. Esse deslocamento reforçou a compreensão de que a crise climática não se restringe a metas abstratas de mitigação, mas envolve territórios concretos, populações específicas, cadeias produtivas, sistemas de saúde e dinâmicas de desenvolvimento profundamente desiguais. Tal leitura dialoga com os alertas reiterados do IPCC, especialmente no Relatório de Síntese de 2023, que destaca a urgência de ações integradas e territorializadas diante do estreitamento da janela de oportunidade para limitar o aquecimento global².

As expectativas iniciais em torno da COP30 foram moldadas pela ideia de uma “COP da Floresta”, centrada na Amazônia como eixo estratégico da agenda climática, e pela noção de uma “COP da Verdade”, expressão utilizada por André Aquino para caracterizar o momento em que o regime climático se vê compelido a confrontar a distância entre compromissos assumidos e sua implementação efetiva. Esse enquadramento reflete uma inflexão mais ampla das negociações climáticas, já apontada por organismos internacionais, na qual a ênfase se desloca progressivamente do desenho normativo para os desafios políticos, econômicos e sociais da execução.

Belém - entre símbolos e limites

O simbolismo de Belém como cidade-sede ampliou a visibilidade internacional da Amazônia, mas também evidenciou limites estruturais e desafios logísticos que passaram a integrar a própria narrativa da conferência. Questões relacionadas à infraestrutura urbana, à oferta de hospedagem, à mobilidade e à conectividade foram amplamente reportadas pela imprensa nacional e internacional, revelando tensões entre a ambição política do evento e as desigualdades territoriais históricas do país. Esses elementos não são periféricos às negociações, uma vez que condições de acesso e circulação influenciam diretamente a capacidade de participação de delegações, organizações da sociedade civil e grupos historicamente sub-representados³.

A presença de cerca de 70 mil participantes transformou Belém em um espaço intensivo de circulação diplomática, científica, econômica e social⁴. Ao mesmo tempo, a escala do evento tornou visível uma característica da fase atual do regime climático: a centralidade crescente de atores econômicos, financeiros e setoriais. Como indicam análises recentes da Agência Internacional de Energia, decisões sobre transição energética, adaptação e

¹ UNFCCC – United Nations Framework Convention on Climate Change. *COP30 – Belém*. Disponível em: <https://unfccc.int/cop30>. Acesso em: 10 de dezembro de 2025..

² IPCC – Intergovernmental Panel on Climate Change. *Climate Change 2023: Synthesis Report*. Geneva: IPCC, 2023. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar6/syr/>. Acesso em: 10 de dezembro de 2025.

³ THE GUARDIAN. *UN holds emergency talks over sky-high accommodation costs at COP30 in Brazil*. Londres, 30 jul. 2025. Disponível em: <https://www.theguardian.com/environment/2025/jul/30/un-emergency-talks-sky-high-accommodation-costs-cop30-brazil>. Acesso em: 14 de dezembro de 2025.

⁴ UNFCCC – United Nations Framework Convention on Climate Change. *COP30 IFP – Information for Participants*. Disponível em: <https://unfccc.int/cop30/ifp>. Acesso em: 16 de dezembro de 2025.

financiamento implicam investimentos volumosos, escolhas de política industrial e redistribuição de custos, ampliando a complexidade política das COPs e aproximando-as de debates tradicionalmente situados fora do campo ambiental estrito⁵.

Floresta: entre a justiça e o mercado

O anúncio e a promoção do Tropical Forests Forever Facility - TFFF⁶ o consolidaram como um dos principais eixos políticos da COP30, tanto na fase preparatória quanto na narrativa pública da conferência. Descrito como um mecanismo permanente de financiamento, o TFFF propõe uma lógica distinta das iniciativas tradicionais ao utilizar os retornos de investimentos financeiros para remunerar, de forma contínua, a conservação de florestas tropicais. Essa arquitetura confere previsibilidade e estabilidade ao financiamento, ao mesmo tempo em que busca romper com a dependência de aportes pontuais ou de compromissos voluntários de curto prazo. Ao ser apresentado como um instrumento estruturante do regime climático, o fundo passou a simbolizar a tentativa de reposicionar a conservação florestal como ativo estratégico para o desenvolvimento e para a governança climática global, reforçando o protagonismo do Sul Global na proposição de soluções institucionais⁷.

A dimensão de justiça e de governança aparece de forma particularmente relevante na formulação do TFFF. Um elemento central nesse sentido é a regra que prevê a destinação de uma parcela fixa dos recursos a povos indígenas e comunidades tradicionais, reconhecendo explicitamente o papel desses grupos na conservação dos ecossistemas florestais. Essa diretriz, destacada na comunicação oficial associada à COP30 e em materiais governamentais brasileiros sobre o lançamento e o endosso do fundo, insere o TFFF em um debate mais amplo sobre reconhecimento, participação e repartição justa de benefícios. Ao incorporar salvaguardas sociais e critérios de distribuição, o mecanismo busca responder a críticas recorrentes dirigidas a instrumentos de mercado ambiental, frequentemente acusados de reproduzir assimetrias de poder e de excluir atores locais dos processos decisórios.

A ênfase na transição justa, tanto como linguagem política quanto como desenho institucional, também se articula ao contexto mais amplo das decisões recentes do regime climático. Ao longo das últimas COPs, observa-se um acúmulo de iniciativas que procuram integrar mitigação climática a políticas de emprego, proteção social, qualificação profissional e participação social, aproximando a agenda do clima de debates clássicos da economia política e dos direitos sociais. No ciclo da COP30, esse movimento se materializou, entre outros elementos, no rascunho de decisão do programa de transição justa discutido no âmbito da UNFCCC, que explica a intenção de desenvolver um mecanismo dedicado a enfrentar os impactos sociais da descarbonização. Esse enquadramento reforça a leitura de que a viabilidade política da ação climática depende

⁵ INTERNATIONAL ENERGY AGENCY – IEA. *World Energy Investment 2024*. Paris: IEA, 2024. Disponível em: <https://www.iea.org/reports/world-energy-investment-2024>. Acesso em: 16 de dezembro de 2025.

⁶ TFFF – Tropical Forests Forever Facility. Site institucional. Disponível em: <https://tfff.earth/>. Acesso em: 17 de dezembro de 2025.

⁷ COP30 BRASIL. *COP30 announces ambitious thematic days, invites the world to Belém*. Disponível em: <https://cop30.br/en/news-about-cop30/cop30-announces-ambitious-thematic-days-invites-the-world-to-belem>. Acesso em: 16 de dezembro de 2025.

crescentemente da capacidade de distribuir custos e benefícios de forma socialmente aceitável⁸.

Por fim, a persistência de divergências em torno dos combustíveis fósseis e do financiamento climático pode ser compreendida como expressão de um dilema clássico de ação coletiva. Enquanto os benefícios da mitigação são difusos e globais, os custos políticos, econômicos e sociais da transição tendem a se concentrar em setores específicos e em contextos nacionais particulares, tornando as decisões altamente sensíveis do ponto de vista doméstico. Essa tensão é agravada pelo estreitamento da janela temporal para limitar o aquecimento global, que exige escolhas rápidas e profundas em sistemas energéticos ainda fortemente dependentes de fontes fósseis. O diagnóstico técnico apresentado pelo IPCC, ao evidenciar a centralidade dos combustíveis fósseis no aquecimento global e a urgência de reduções drásticas de emissões, fornece o pano de fundo científico para compreender por que essas divergências permanecem como um dos núcleos mais sensíveis e politicamente disputados das negociações climáticas⁹.

O Fundo Florestas Tropicais para Sempre

Em meio às negociações realizadas durante a COP30, André Aquino,, em sua assessoria especial para assuntos econômicos do MMA, cargo criado com o objetivo de introduzir a economia na pauta ambiental, teve um papel de destaque na agenda de conservação e valorização de florestas. Nesse sentido, sua atuação se relaciona com a promoção de instrumentos econômicos que monetizem os serviços ecossistêmicos, isto é, os benefícios que a natureza oferece, com o objetivo de tornar o uso sustentável dos recursos naturais, além de necessário sob uma perspectiva ambiental, vantajoso economicamente.

Durante sua exposição, em entrevista, Aquino destaca a importância das florestas para as atividades econômicas, em especial para países de economia agrícola e pecuária, como o Brasil. Os regimes de chuva, os processos de polinização e a fertilidade do solo dependem diretamente da manutenção florestal. Contudo, nas palavras de Aquino, “uma floresta em pé não produz retorno financeiro”, e essa ausência de retorno monetário acaba incentivando o desmatamento por razões econômicas, o que se observa de forma evidente no caso da floresta amazônica, onde há investidores que visam ao lucro em detrimento das consequências ambientais.

Nesse contexto, o assessor detalhou a iniciativa do fundo TFFF, que teve início durante as negociações da COP28 e representa o protagonismo do Sul Global na promoção do multilateralismo. O mecanismo resultou de uma proposta liderada pelo Brasil, que designou o Banco Mundial para oferecer suporte técnico, e contou com o apoio de países detentores de florestas tropicais, como Colômbia, República Democrática do Congo, Indonésia e Malásia, além de possíveis países financiadores, entre eles Reino Unido, França, Noruega, Alemanha e Emirados Árabes Unidos.

⁸ UNFCCC – United Nations Framework Convention on Climate Change. *Draft decision on just transition (CMA 2025)*. Disponível em: https://unfccc.int/sites/default/files/resource/cma2025_L14_adv.pdf. Acesso em: 13 de dezembro de 2025.

⁹ IPCC – Intergovernmental Panel on Climate Change. *Climate Change 2023: Synthesis Report*. Geneva: IPCC, 2023. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar6/syr/>. Acesso em: 14 de dezembro de 2025.

Lançado oficialmente na COP30, o fundo visa remunerar, de maneira contínua, países que possuem florestas tropicais pela conservação de suas florestas. Dessa forma, os serviços ambientais prestados para a preservação dos biomas passam a ser reconhecidos. Segundo essa perspectiva, destaca-se a inovação central do mecanismo: o TFFF fornecerá recompensas aos países pela conservação histórica efetiva, reconhecendo aquilo que já foi preservado ao longo do tempo.

Ademais, o fundo fiduciário deverá contar com um volume expressivo de recursos que, quando aplicados no mercado financeiro, gerem um retorno anual a ser distribuído entre os países tropicais com base em suas coberturas florestais. A expectativa é de gerar cerca de 4 bilhões de dólares por ano. Para que isso seja alcançado, será necessário o investimento conjunto do setor público e do setor privado, modelo conhecido como blended finance. Estima-se que sejam necessários 25 bilhões de dólares em aportes públicos e 100 bilhões de dólares do setor privado. O pagamento funcionará por meio de um sistema de incentivos positivos e negativos: cada hectare de floresta conservado será remunerado, enquanto cada hectare de floresta desmatado resultará na perda de um valor cem vezes superior à quantia que seria recebida pelo país.

Com relação ao uso dos recursos, Aquino destaca que não cabe ao TFFF definir sua destinação específica, cabendo a cada país decidir sobre sua aplicação. Entretanto, 20% do valor deverá ser alocado, obrigatoriamente, para povos indígenas e comunidades tradicionais, uma vez que esses grupos atuam diretamente na conservação ambiental. Essa relação foi evidenciada, por exemplo, em estudo realizado pelo Instituto Socioambiental, que aponta que terras protegidas com presença de comunidades tradicionais conservam cerca de um terço das florestas nacionais.

Por fim, o assessor destacou duas participações cruciais para a implementação do fundo: a dos povos indígenas e a da sociedade civil. No caso dos povos indígenas, que foram consultados durante o processo de construção do TFFF, merece destaque a participação da GATC (Global Alliance of Territorial Communities), que declarou apoio ao fundo, especialmente à proposta de destinação de 20% dos recursos arrecadados diretamente a esses povos. Já a participação da sociedade civil ocorreu por meio de consultas públicas, que possibilitaram a contribuição de atores locais de diversos países, os quais puderam opinar e influenciar o desenho do fundo. Essas contribuições podem ser observadas nas notas conceituais emitidas pelo próprio TFFF.

Em suma, a atuação de André Aquino e o lançamento do Fundo Florestas Tropicais para Sempre evidenciam uma inovação relevante no cenário político ambiental internacional, bem como a liderança de países do Sul Global na promoção de um mecanismo capaz de transformar a conservação florestal em capital natural, necessário tanto do ponto de vista econômico quanto ambiental.

Bastidores das negociações

Para aprofundar a compreensão sobre a dinâmica diplomática da COP30, o grupo dialogou com Luiz Andrade, diplomata e negociador brasileiro na conferência. A conversa com o diplomata trouxe um panorama particularmente elucidativo para compreender a COP30 para além de seus anúncios finais e comunicados oficiais, ao revelar como as negociações climáticas funcionam simultaneamente como um dilema

clássico de ação coletiva e como um poderoso motor econômico e geopolítico, capaz de reorganizar interesses, alianças e hierarquias no sistema internacional.

Segundo Andrade, a crise climática deixou de ser percebida apenas como uma pauta ambiental setorial e passou a estruturar decisões estratégicas ligadas à autonomia energética, à segurança de abastecimento e à disputa por liderança tecnológica. Esse deslocamento tem impactos diretos sobre a distribuição global de poder, reposicionando Estados, setores produtivos e blocos regionais em torno da transição energética e da economia de baixo carbono.

Nesse contexto, o diplomata enfatiza que o multilateralismo deve ser entendido menos como um ideal normativo abstrato e mais como uma condição prática de funcionamento do próprio regime climático. Nenhuma resposta isolada é suficiente para enfrentar a magnitude do problema, e a efetividade do sistema depende da capacidade de acomodar, de forma negociada, a responsabilidade histórica dos países desenvolvidos, as demandas por justiça social e as restrições impostas pela política doméstica de cada Estado.

Um ponto central destacado na entrevista diz respeito à mudança de eixo das Conferências das Partes. Andrade observa que, após um longo período dedicado à construção de regras, princípios e mecanismos, o regime climático ingressou em uma fase em que o principal desafio é a implementação concreta dos compromissos assumidos. Essa transição torna os custos políticos, econômicos e sociais muito mais visíveis, elevando o grau de conflito e complexidade das negociações.

No caso brasileiro, ele menciona que a presidência da COP30 buscou organizar o resultado político da conferência em torno de três objetivos estratégicos: o reforço do multilateralismo, a aproximação do regime climático da vida cotidiana das pessoas e a aceleração da implementação do Acordo de Paris. Essa aproximação se traduz em uma leitura do clima como tema transversal às políticas de emprego, aos direitos sociais e à proteção social, e não apenas como um conjunto de normas ambientais. Esse enquadramento ajuda a explicar por que, mesmo em debates altamente técnicos, a narrativa pública passou a incorporar cada vez mais elementos sociais e econômicos, apresentando a ação climática como política industrial, política econômica e política de proteção de direitos.

Nos bastidores, entretanto, essa passagem da norma à implementação esbarra em uma contradição estrutural. Embora os investimentos globais em energias renováveis tenham crescido de forma expressiva e hoje superem os investimentos em combustíveis fósseis, em uma proporção aproximada de dois para um, isso não se traduz automaticamente em uma substituição equivalente da matriz energética. Andrade descreve esse fenômeno como uma espécie de adição energética: o crescimento econômico eleva a demanda total por energia, e as renováveis frequentemente entram para atender a esse aumento, sem que o uso de fontes fósseis seja reduzido na velocidade exigida pelas metas climáticas.

A consequência direta dessa dinâmica é uma tensão permanente nas negociações. De um lado, há sinais claros de viabilidade econômica da transição energética; de outro, persiste uma infraestrutura fóssil consolidada, cadeias produtivas complexas e interesses domésticos profundamente enraizados, o que torna o processo de abandono dessas fontes politicamente sensível e socialmente custoso.

Ao mesmo tempo, Andrade ressalta que as energias renováveis já produzem ganhos concretos em termos de autonomia e segurança energética em diferentes regiões do mundo, além de efeitos positivos sobre o emprego e a capacidade industrial. Esse pano de fundo ajuda a compreender como determinados resultados da COP são cuidadosamente construídos para gerar legitimidade e garantir continuidade política ao regime. Ele menciona que a COP30 resultou em 59 decisões, das quais 29 foram agrupadas no chamado Pacote de Belém, com destaque para medidas voltadas à adaptação, incluindo a proposta de ampliar significativamente o financiamento para que países em desenvolvimento consigam se proteger dos impactos climáticos.

Nesse movimento de maior aproximação com a vida concreta, o entrevistado identifica duas marcas centrais da conferência. A primeira foi a criação de um mecanismo de transição justa, voltado a enfrentar os efeitos sociais da transição energética e a incorporar explicitamente a dimensão de direitos nas estratégias climáticas. A segunda foi a ampliação da participação indígena, descrita como a maior da história das COPs até então, sinalizando uma pressão crescente por inclusão daqueles que são simultaneamente os mais afetados pelas mudanças climáticas e os mais historicamente marginalizados nos espaços decisórios.

Ainda assim, Andrade reconhece que, nos bastidores das negociações, o tema mais sensível permaneceu sendo o enfrentamento direto dos combustíveis fósseis. O balanço final da conferência registra que a expectativa de avançar para um acordo mais concreto sobre o afastamento dessas fontes não se materializou, em razão da falta de consenso e da ausência de propostas suficientemente operacionais capazes de acomodar interesses divergentes.

Diante desse impasse, uma das iniciativas que emergiu sob a presidência brasileira foi a proposição de um mapa do caminho, concebido como um roteiro com prazos, sequência de medidas e salvaguardas sociais. A ideia foi apresentada como uma forma de viabilizar compromissos progressivos, evitando o colapso das negociações em torno de uma única fórmula rígida. Nesse sentido, o enfoque na transição justa, tanto no desenho institucional quanto na linguagem política, aparece como condição de possibilidade para avançar: não se trata apenas de substituir fontes energéticas, mas de evitar que os custos da transição sejam socialmente regressivos.

Por fim, Andrade detalha um aspecto pouco visível para quem acompanha apenas o encerramento formal da COP: o papel cotidiano da presidência após o evento. Mais do que anúncios pontuais, essa função envolve coordenação, governança e mediação do regime climático. Ele descreve a presidência como responsável pela supervisão do secretariado da Convenção, pela coordenação de agendas, organização de eventos e convites, além da exigência de discrição e imparcialidade para preservar a capacidade de diálogo entre blocos com interesses frequentemente antagônicos.

Nesse campo, o entrevistado destaca como prioridade a mobilização de financiamento climático em larga escala, com a meta de articular US\$ 1,3 trilhão por ano até 2035 para países em desenvolvimento. Esse esforço envolve diálogo intenso com bancos multilaterais e instituições de desenvolvimento, além de uma implementação que se inicia já no ano seguinte à conferência. Ao apresentar esse ponto como um bastidor central da COP30, Andrade reforça a leitura de que a fase atual do regime climático dependerá menos de declarações gerais e mais da construção de uma arquitetura financeira robusta,

de mecanismos de coordenação institucional e de execução setorial, marcando a passagem definitiva da negociação do “o quê” para o “como”.

Participação indígena e mobilizações sociais

A COP30 realizada em Belém do Pará configurou-se como um marco histórico nas negociações climáticas globais e foi atravessada pela participação de múltiplos segmentos sociais no diálogo internacional. Entre esses atores, destacou-se de forma expressiva a presença dos povos indígenas, que desempenharam um papel essencial ao longo do evento. A relevância desses povos tornou-se visível desde a chegada à cidade, que abriga uma ampla diversidade de grupos indígenas em seu território. Nesse contexto, a Ministra dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara, afirmou em entrevista à TV Brasil, no dia 10 de novembro, que qualquer solução efetiva para os problemas ambientais exige o reconhecimento da contribuição milenar dos povos indígenas na proteção das florestas¹⁰. Tal afirmação reforça a necessidade de reconhecer e ampliar, de forma contínua, o protagonismo indígena nos espaços de debate e de tomada de decisão, tanto no plano nacional quanto no internacional.

Diante desse cenário, a COP30 também foi apropriada por esse coletivo como um espaço estratégico de reivindicação política. Entre as principais demandas apresentadas, a demarcação de territórios indígenas ocupou lugar central. Apesar de o Governo brasileiro ter anunciado, durante o evento, a homologação de quatro Terras Indígenas¹¹, representantes indígenas expressaram insatisfação diante da possibilidade de implementação de projetos de infraestrutura com potencial de impactar diretamente seus territórios, como a ferrovia conhecida como Ferrogrão. O traçado do empreendimento atravessa os estados de Mato Grosso e Pará, ligando Sinop (MT) a Itaituba (PA), às margens do rio Tapajós, e é defendido por seus proponentes como meio de facilitar o escoamento da produção de soja do Centro-Oeste. Em sentido oposto, ambientalistas e diversos segmentos indígenas alertam para o aumento da pressão do agronegócio sobre áreas protegidas como consequência direta da obra¹².

Como forma de resistência a essas iniciativas, no dia 14 de novembro de 2025, representantes do povo Munduruku bloquearam a entrada principal da Zona Azul, área reservada às negociações oficiais, exigindo o fim de projetos que impactam territórios indígenas, entre outras reivindicações¹³. Esse episódio evidencia que a COP30 foi utilizada não apenas como espaço de intercâmbio de saberes e narrativas, mas também como arena de contestação política e de exigência por mudanças estruturais.

¹⁰ YOUTUBE. *Vídeo sobre a COP30*. Disponível em:

<https://youtube.com/shorts/cSgW5KHCJR4?si=rn5-WkHRp67oFneP>. Acesso em: 14 dez. 2025.

¹¹ MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA (Brasil). *Fundo Florestas*

Tropicais para Sempre (TFFF) propõe novo modelo de financiamento para conservação. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/noticias/o-valor-da-vida-entenda-como-funcionara-fundo-florestas-tropicais-para-sempre-tfff>. Acesso em: 19 dez. 2025.

¹² BBC NEWS BRASIL. ‘Lula, me ouça com muita atenção’: as cobranças feitas pelos indígenas na COP30. BBC News Brasil, 15 nov. 2025. Disponível em:

<https://www.bbc.com/portuguese/articles/cgmxr1vdmdo>. Acesso em: 14 dez. 2025.

¹³ NAÇÕES UNIDAS. *Indígenas protestam na COP30 e presidência do evento diz que atos são*

legítimos. ONU News, 2025. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2025/11/1851535>. Acesso em: 14 dez. 2025.

No campo do financiamento climático, Sonia Guajajara destacou a existência de avanços relevantes associados a três iniciativas estratégicas: a renovação do compromisso financeiro voltado ao fortalecimento da posse da terra, a criação do Fundo Vítuke de apoio à gestão ambiental indígena e o lançamento do Fundo Florestas Tropicais para Sempre¹⁴. Segundo a ministra, o TFFF representa uma ruptura com a lógica de subordinação das florestas exclusivamente aos mecanismos de mercado. Lançado oficialmente no primeiro dia da Cúpula do Clima, em Belém, o fundo foi idealizado pelo Brasil em parceria com outros países detentores de florestas tropicais e conta com o apoio do Banco Mundial. Seu desenho institucional estabelece uma regra inédita: ao menos 20% dos recursos transferidos aos países beneficiários deverão ser destinados diretamente a organizações de povos indígenas e comunidades tradicionais, sem intermediários e com gestão autônoma¹⁵. Dessa forma, o mecanismo não apenas contribui para a justiça territorial, mas também reconhece o papel central dos povos indígenas como guardiões da natureza.

Em síntese, a participação indígena na COP30 foi marcada por dimensões culturais, territoriais e políticas, expressas na pluralidade de visões apresentadas ao longo do evento. Essas perspectivas tensionam concepções que tratam a natureza exclusivamente como fonte de extração de riqueza, afirmindo-a, ao contrário, como condição indispensável para a preservação da vida. Por meio de debates e reivindicações consistentes, os povos indígenas afirmaram-se como protagonistas da COP30, seja na defesa de seus territórios, na denúncia de violações de direitos ou na preservação de suas culturas, reafirmando sua relevância central para o enfrentamento da crise climática e para os debates ambientais globais.

Dias temáticos e debates setoriais

A presidência da COP30 estruturou a programação oficial da conferência em torno de um calendário de dias temáticos, apresentado como um instrumento voltado a “conectar implementação e inclusão” e a ampliar as possibilidades de participação de atores diversos na formulação de soluções setoriais. Essa opção organizacional reflete uma inflexão importante no funcionamento das COPs, ao sinalizar que a conferência deixa de operar apenas como um espaço de negociação diplomática e produção de linguagem normativa e passa a se afirmar também como uma plataforma de coordenação política, mobilização institucional e indução à implementação. Ao organizar os debates por temas, a presidência buscou criar pontos de entrada mais claros para governos subnacionais, organizações internacionais, sociedade civil, setor privado e comunidades afetadas, aproximando o regime climático de políticas públicas concretas e de agendas já em curso em diferentes setores¹⁶.

¹⁴ NEO MONDO. *A maior e melhor participação de indígenas da história de todas as COPs*. Neo Mondo, 10 dez. 2025. Disponível em: <https://neomondo.org.br/amazonia/a-maior-e-melhor-participacao-de-indigenas-da-historia-de-todas-as-cops>. Acesso em: 14 dez. 2025.

¹⁵ AMAZÔNIA. *TFFF: novo fundo global reconhece papel de povos indígenas na proteção das florestas, mas deixa quilombolas à margem*. Carta Amazônia, 8 nov. 2025. Disponível em: <https://cartaamazonia.com.br/tfff-novo-fundo-global-reconhece-papel-de-povos-indigenas-na-protecao-das-florestas-mas-deixa-quilombolas-a-margem/>. Acesso em: 14 dez. 2025.

¹⁶ COP30. *COP30 announces ambitious Thematic Days, invites the world to Belém*. Belém, 5 ago. 2025. Disponível em: <https://cop30.br/en/news-about-cop30/cop30-announces-ambitious-thematic-days-invites-the-world-to-belem>. Acesso em: 14 dez. 2025.

No eixo da saúde, a inclusão do tema dialoga com um acúmulo consistente de evidências científicas e de posicionamentos institucionais que demonstram como as mudanças climáticas afetam diretamente os determinantes sociais e ambientais da saúde. Relatórios e comunicações da Organização Mundial da Saúde apontam que eventos extremos, ondas de calor, enchentes, secas e a degradação ambiental ampliam riscos sanitários, agravam desigualdades existentes e pressionam sistemas de saúde, especialmente em países e regiões com menor capacidade institucional. A presença da saúde entre os dias temáticos reforça, assim, a compreensão de que a crise climática não é apenas uma questão ambiental ou energética, mas também um desafio central para a saúde pública, a proteção social e a equidade¹⁷.

No eixo de gênero, os debates se apoiaram em uma literatura consolidada e em práticas multilaterais que reconhecem tanto as vulnerabilidades específicas de mulheres e meninas diante dos impactos climáticos quanto o papel estratégico das lideranças femininas nos processos de adaptação e construção de resiliência. Organizações e plataformas internacionais, como a Earth.Org, têm sistematizado evidências sobre como desigualdades de gênero influenciam a exposição a riscos, o acesso a recursos e a capacidade de resposta a desastres ambientais. Nesse contexto, os debates da COP30 retomaram temas recorrentes, como a necessidade de planos de ação sensíveis a gênero e a integração transversal dessa perspectiva nas políticas climáticas, reafirmando o caráter estrutural do tema para a efetividade e a legitimidade da ação climática.

A incorporação de temas como fogo e incêndios florestais, especialmente quando articulados a florestas e adaptação, funcionou como uma síntese concreta da crise climática em regiões tropicais. Incêndios conectam, de forma direta, mudanças no uso do solo, pressões econômicas associadas ao agronegócio e à exploração de recursos naturais, riscos ambientais e impactos imediatos sobre a saúde, o deslocamento de populações e as perdas econômicas. Ao trazer esse tema para o centro dos debates, a COP30 reforçou uma abordagem sistêmica da crise climática, evidenciando como diferentes dimensões: ambiental, social, econômica e sanitária, que se entrelaçam. Nesse sentido, os dias temáticos contribuíram para tornar mais visível a complexidade dos desafios de implementação e para aproximar a agenda climática das realidades vividas nos territórios mais afetados¹⁸.

A dimensão internacional e a geopolítica climática

O debate geopolítico em torno da COP30 evidenciou a centralidade do apoio internacional à implementação do Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF) como elemento estratégico da agenda climática contemporânea. A proposta brasileira, ancorada em princípios de justiça climática, conservação da biodiversidade e desenvolvimento sustentável, atribui peso decisivo à mobilização de recursos financeiros internacionais, o

¹⁷ WORLD HEALTH ORGANIZATION – WHO. *Climate change and health. Fact sheet*. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/climate-change-and-health>. Acesso em: 14 dez. 2025.

¹⁸ CLIMATE CHAMPIONS. COP30 Presidency announces Thematic Days for UN Climate Change Conference in Belém. Climate Champions, 06 ago. 2025. Disponível em: <https://www.climatechampions.net/news/cop30-thematic-days>. Acesso em: 14 dez. 2025.

que torna a análise das reações das principais potências e blocos regionais fundamental para a compreensão das disputas e alinhamentos no cenário global¹⁹.

No caso europeu, observou-se uma reação predominantemente positiva ao TFFF, com manifestações de apoio político e interesse em parcerias institucionais e novos instrumentos financeiros. Esse posicionamento pode ser interpretado à luz do alinhamento do fundo com os objetivos do Pacto Verde Europeu, que articula neutralidade climática, transição para uma indústria limpa, proteção ambiental e promoção da justiça e da equidade climática²⁰. Documentos oficiais da União Europeia reforçam a centralidade das florestas e da biodiversidade nas estratégias de ação climática externa do bloco, o que ajuda a explicar a receptividade ao protagonismo brasileiro na proposição do TFFF²¹.

A posição chinesa foi marcada pelo reconhecimento diplomático do papel do Brasil e do Sul Global na liderança da agenda florestal, sem que isso se traduzisse, até o momento, em compromissos financeiros concretos com o fundo. Esse posicionamento dialoga com a estratégia chinesa no campo climático, que combina engajamento discursivo com cautela na adesão a mecanismos financeiros multilaterais específicos, priorizando instrumentos bilaterais e iniciativas próprias de cooperação internacional²². Avaliações independentes sobre a política climática chinesa indicam que o país tende a preservar flexibilidade financeira mesmo quando sinaliza apoio político a iniciativas multilaterais²³.

Entre os países africanos, a recepção ao TFFF foi amplamente favorável, sobretudo entre aqueles que abrigam florestas tropicais em seus territórios. Para esses Estados, o fundo representa uma oportunidade de acesso a financiamento direto para conservação, fora da lógica tradicional da ajuda internacional condicionada, historicamente associada a assimetrias de poder e restrições políticas. Esse entendimento converge com diagnósticos produzidos por instituições regionais africanas, que defendem mecanismos inovadores de financiamento climático mais sensíveis às realidades locais e às necessidades de adaptação e desenvolvimento sustentável²⁴.

Em contraste, a atuação dos Estados Unidos da América foi marcada por uma ausência notável em momentos decisivos da COP30, tanto no plano político quanto simbólico. A falta de sinalização clara quanto ao apoio ao TFFF e a outros compromissos financeiros reforçou percepções de ambiguidade na política climática norte-americana, gerando críticas inclusive de aliados europeus. Analistas têm apontado que essa postura reflete constrangimentos domésticos e disputas internas em torno do financiamento climático

¹⁹ IPCC. *Climate Change 2023: Synthesis Report*. Geneva: Intergovernmental Panel on Climate Change, 2023.

²⁰ CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA. *European Green Deal*. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/en/policies/european-green-deal/>. Acesso em: 14 dez. 2025.

²¹ Comissão Europeia. *The European Green Deal*. Bruxelas, 2019.

²² Ministério das Relações Exteriores da China. *China's Position on Climate Change*. Beijing.

²³ Climate Action Tracker. *China Country Profile*.

<https://climateactiontracker.org/countries/china/>

²⁴ AFRICAN DEVELOPMENT BANK – AfDB. *Climate Change Action Plan 2022–2026*. Abidjan: AfDB, 2022.

internacional, o que limita a capacidade dos Estados Unidos de exercer liderança consistente no regime climático global²⁵.

Em conjunto, essas reações revelam que o TFFF se consolidou não apenas como um instrumento financeiro em discussão, mas também como um marcador geopolítico das disputas contemporâneas em torno da liderança climática. A forma como diferentes atores responderam à iniciativa brasileira evidencia clivagens persistentes entre Norte e Sul Globais e sinaliza a emergência de novas coalizões em torno da conservação florestal, da justiça climática e do financiamento sustentável²⁶.

Brasil sob as lentes do mundo

Para aqueles que não puderam estar fisicamente presentes no calor de Belém, os acontecimentos da COP30 puderam ser acompanhados em tempo real pelos meios digitais, seja por veículos jornalísticos tradicionais, seja pelas dinâmicas informais de circulação de informações nas redes sociais. O evento projetou o Brasil ao centro do debate climático internacional, ainda que parte significativa da audiência global demonstrasse desconhecimento geográfico e histórico sobre a própria cidade-sede. Apesar do comentário considerado inadequado do chanceler alemão, que evidenciou tensões diplomáticas e assimetrias discursivas no tratamento dado ao Brasil²⁷, na etapa final da conferência o presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi elogiado por lideranças europeias por sua atuação política à frente da cúpula, reconhecimento repercutido inclusive pela imprensa chinesa, como destacou o *Diário do Povo*²⁸.

É importante destacar que o foco no Pará antecedeu em muito a abertura formal da conferência. Se, por um lado, a COP30 tinha como objetivo central discutir mudanças climáticas, por outro, o debate público e midiático concentrou-se fortemente nos custos associados à sua realização. Um dos principais desafios da organização pré-COP não esteve relacionado ao conteúdo dos discursos oficiais, às propostas ambientais ou à composição das delegações, mas à logística do evento. Conforme relatado pelo *Nexo Jornal*²⁹, representantes de delegações chegaram a assinar uma carta solicitando a reconsideração da realização da conferência em Belém, em razão dos valores excessivos das hospedagens e da infraestrutura considerada insuficiente para um evento dessa magnitude.

²⁵ Council on Foreign Relations. *U.S. Climate Policy and International Climate Finance*. CFR, 2025.

²⁶ IPCC. *Climate Change 2023: Synthesis Report*. Geneva: Intergovernmental Panel on Climate Change, 2023.

²⁷ TRT World. *Brazil boils over at Merz's 'that place' remark belittling COP30's Amazonian host city*, 18 nov. 2025. Disponível em: <https://www.trtworld.com/article/ca61e17d38ba>. Acesso em: 14 de dezembro de 2025.

²⁸ PEOPLE'S DAILY ONLINE. *União Europeia elogia liderança do presidente brasileiro nas negociações climáticas da COP30*. Disponível em: <https://portuguese.people.com.cn/n3/2025/1121/c309808-20393282.html>. Acesso em: 14 de dezembro de 2025.

²⁹ NEXO JORNAL. *COP30 em Belém: hospedagem e preços abusivos*. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/podcast/2025/08/06/cop30-belem-hospedagem-precos-abusivos>. Acesso em: 14 de dezembro de 2025.

Essa percepção foi reforçada por parte da mídia internacional. O jornal britânico *The Economist*³⁰ descreveu Belém como uma “cidadezinha decadente, quente e repleta de esgoto a céu aberto”, evidenciando não apenas críticas estruturais, mas também um discurso que revela um complexo de superioridade histórico por parte do Norte Global. Tal abordagem ignora, em grande medida, a responsabilidade histórica dessas mesmas economias centrais na produção dos desequilíbrios ambientais globais, cujos efeitos recaem de forma desproporcional sobre países e regiões periféricas.

No plano doméstico, a cobertura da mídia nacional também expôs como o Estado brasileiro historicamente negligencia determinadas regiões e, diante de uma oportunidade de projeção internacional, passa a perseguir metas aceleradas, frequentemente desconsiderando comunidades locais, seus modos de vida e suas referências culturais. Reportagem do *g1*³¹ relata o caso de uma moradora que recebeu uma proposta financeira irrisória para abandonar sua propriedade, a fim de viabilizar obras vinculadas à COP30. Esse padrão não é inédito. Durante os preparativos para os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, em 2016, o governo brasileiro adotou estratégia semelhante, priorizando a construção de uma imagem midiática da cidade em detrimento das demandas sociais da população afetada, conforme já apontava reportagem da *BBC News* à época³².

Além do caos logístico e da experiência concreta das mudanças climáticas, expressa nas altas temperaturas e nas chuvas intensas vivenciadas pelos participantes estrangeiros , a COP30 foi marcada por uma expressiva mobilização indígena. Representantes de povos originários relataram não ter acesso à compra de ingressos para a chamada Zona Azul, espaço central de tomada de decisões, o que motivou protestos que interromperam temporariamente o acesso ao local. O episódio evidencia o desalinhamento entre o discurso oficial de inclusão e a prática institucional das conferências climáticas. Aqueles que historicamente mais contribuem para a preservação ambiental e dependem diretamente dela para sua sobrevivência continuam marginalizados nos espaços decisórios. A cobertura da *Al Jazeera*³³ destaca não apenas os protestos indígenas, mas também ressalta como o lobby dos combustíveis fósseis segue tendo presença constante e influência significativa nesses fóruns multilaterais.

Por fim, a COP30 cumpriu parcialmente seu objetivo de chamar atenção global para a agenda climática, ao mesmo tempo em que evidenciou contradições estruturais profundas. A preparação de Belém para sediar uma conferência ambiental implicou, paradoxalmente, a supressão de áreas verdes e a derrubada de árvores da floresta tropical,

³⁰ ECONOMIST. *Negotiators must prepare for a chaotic COP in Brazil*. Disponível em: <https://www.economist.com/the-americas/2025/04/09/negotiators-must-prepare-for-a-chaotic-cop-in-brazil>. Acesso em: 14 de dezembro de 2025.

³¹ G1. *ONU chama reunião de emergência na COP30*. Disponível em: <https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2025/07/31/onu-chama-reuniao-de-emergencia-cop30.ghtml>. Acesso em: 14 de dezembro de 2025.

³² BBC BRASIL. *Urbanistas analisam impactos de grandes eventos*. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/08/150814_urbanistas_rio2016_jp. Acesso em: 15 de dezembro de 2025.

³³ AL JAZEERA. *Indigenous activists storm COP30 climate summit in Brazil demanding action*. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2025/11/12/indigenous-activists-storm-cop30-climate-summit-in-brazil-demanding-action>. Acesso em: 14 de dezembro de 2025.

conforme reportado pelo *El País*³⁴. O evento foi encerrado com um acordo considerado tímido, que evitou menções explícitas ao comércio internacional e aos combustíveis fósseis em seu texto final³⁵. Assim, a COP30 reforça a leitura de que as conferências climáticas permanecem, em grande medida, como grandes espetáculos políticos globais, realizados enquanto a perfuração da Bacia Amazônica avança e países europeus seguem sustentando matrizes energéticas fortemente dependentes do gás natural.

O futuro em construção

Os encaminhamentos que emergem da COP30 indicam a continuidade de transformações tanto no eixo geopolítico quanto na forma como o regime climático articula implementação, financiamento e inclusão. Um dos anúncios relevantes feitos ao final da conferência em Belém foi a definição de que a próxima Conferência das Partes ocorrerá em um formato inédito, com a Turquia como país-sede da COP31, prevista para 2026, e a Austrália assumindo a condução das negociações e da presidência do processo³⁶³⁷. Essa “dobradinha” representa uma tentativa de acomodar interesses e perfis distintos no interior do regime climático, combinando um país anfitrião situado na interface entre Europa e Ásia com uma liderança negociadora oriunda da região do Pacífico.

Esse arranjo institucional sinaliza um esforço de ampliação do engajamento geográfico e político nas negociações climáticas, ao mesmo tempo em que busca responder às pressões por maior representatividade de países vulneráveis aos impactos da mudança do clima, especialmente pequenos Estados insulares e regiões costeiras. Ao deslocar parte do protagonismo político para fora dos eixos tradicionais, o regime climático reforça a ideia de que a governança do clima exige soluções negociadas entre realidades diversas e assimetrias persistentes.

Nesse cenário, mantém-se a expectativa de continuidade do Fundo Florestas Tropicais para Sempre como um dos eixos centrais de um novo modelo de financiamento climático. O TFFF deverá seguir como referência nos debates internacionais sobre remuneração da conservação florestal, previsibilidade financeira e protagonismo dos países detentores de florestas tropicais. Sua consolidação dependerá da capacidade de mobilizar recursos em escala compatível com os desafios colocados, bem como de assegurar governança transparente, critérios claros de distribuição e participação efetiva de povos indígenas e comunidades tradicionais.

³⁴ EL PAÍS. *Belém, una ciudad horno que sufre inundaciones periódicas y perdió árboles para recibir la COP30*. Disponível em: <https://elpais.com/america/2025-11-22/belem-una-ciudad-horno-que-sufre-inundaciones-periodicas-y-perdio-arboles-para-recibir-la-cop30.html>. Acesso em: 15 de dezembro de 2025.

³⁵ LE MONDE. *COP30 summit ends without a roadmap for phasing out fossil fuels*. Disponível em: https://www.lemonde.fr/en/climate/article/2025/11/22/cop30-summit-ends-without-a-roadmap-for-phasing-out-fossil-fuels_6747733_96.html. Acesso em: 15 de dezembro de 2025.

³⁶ CNN Brasil. *Turquia e Austrália confirmam acordo sobre divisão da sede da COP31*. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/turquia-e-australia-confirmam-acordo-sobre-divisao-da-sede-da-cop31/>. Acesso em: 15 de dezembro de 2025.

³⁷ Climainfo. *Como a Turquia sediará a COP31 com negociações comandadas pela Austrália*. Disponível em: <https://climainfo.org.br/2025/11/24/como-a-turquia-sediara-a-cop31-com-negociacoes-comandadas-pela-australia/>. Acesso em: 15 de dezembro de 2025.

Outro encaminhamento relevante diz respeito ao reforço da integração entre clima, saúde e desenvolvimento sustentável. Os debates promovidos durante os dias temáticos da COP30 evidenciaram que os impactos climáticos sobre sistemas de saúde, segurança alimentar, condições de trabalho e proteção social tendem a ocupar espaço crescente nas negociações futuras. Essa abordagem integrada aponta para uma leitura mais abrangente da crise climática, aproximando a agenda internacional de políticas públicas concretas e da vida cotidiana das populações mais afetadas.

Por fim, destaca-se a importância da diplomacia brasileira na manutenção do protagonismo alcançado durante a COP30. A capacidade do Brasil de articular agendas diversas, dialogar com atores do Norte e do Sul Globais e projetar a Amazônia como espaço de cooperação internacional constitui um ativo político relevante. A continuidade desse papel dependerá do engajamento do país na fase de implementação dos compromissos assumidos, bem como da habilidade de sustentar coalizões e narrativas que articulem conservação ambiental, justiça social e desenvolvimento.

Conclusões

A COP30 marcou um ponto de virada simbólico e político para o Brasil e para o Sul Global. Apesar das dificuldades estruturais, das tensões logísticas e das ausências notórias de alguns atores centrais, o evento consolidou a Amazônia como um centro moral e diplomático da agenda climática mundial. Ao sediar a conferência em Belém, o Brasil contribuiu para reposicionar o debate climático em torno de territórios, populações e desigualdades concretas, deslocando o foco de promessas abstratas para os desafios da implementação.

A atuação de André Aquino e Luís Andrade, o protagonismo indígena, a organização dos dias temáticos e o lançamento do Fundo Florestas Tropicais para Sempre sintetizam a tentativa de construir uma nova narrativa no regime climático internacional. Essa narrativa parte do reconhecimento de que proteger florestas, povos e vidas não é um obstáculo ao desenvolvimento, mas uma condição indispensável para proteger a economia, a saúde coletiva e o futuro do planeta.

Ao encerrar este segundo informe do CEPG, desejamos bons trabalhos à presidência brasileira na condução dos desdobramentos da COP30 e na tarefa de sustentar a ambição política expressa em Belém. Manifestamos também o desejo de que a comunidade de alunas e alunos do IDP continue acompanhando, lendo e debatendo nossos informes, fortalecendo o diálogo crítico e qualificado sobre clima, desenvolvimento e justiça global.

Referências

AFRICAN DEVELOPMENT BANK – AfDB. *Climate Change Action Plan 2022–2026.* Abidjan: AfDB, 2022.

AL JAZEERA. Indigenous activists storm COP30 climate summit in Brazil demanding action. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2025/11/12/indigenous-activists-storm-cop30-climate-summit-in-brazil-demanding-action>. Acesso em: 14 dez. 2025.

BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO. *Climate Change Action Plan 2022–2026.* Abidjan: AfDB, 2022.

BBC NEWS BRASIL. Estudo comprova que povos indígenas e tradicionais são essenciais para a preservação das florestas. Disponível em:
<https://www.bbc.com/portuguese/articles/cgmxrr1vdmdo>. Acesso em: 14 dez. 2025.

BBC NEWS BRASIL. Urbanistas analisam impactos de grandes eventos. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/08/150814_urbanistas_rio2016_jp. Acesso em: 15 dez. 2025.

CARTA AMAZÔNIA. TFFF: novo fundo global reconhece papel de povos indígenas na proteção das florestas, mas deixa quilombolas à margem. Disponível em:
<https://cartaamazonia.com.br/tfff-novo-fundo-global-reconhece-papel-de-povos-indigenas-na-protecao-das-florestas-mas-deixa-quilombolas-a-margem/>. Acesso em: 14 dez. 2025.

CHINA. Ministério das Relações Exteriores. *China's Position on Climate Change.* Beijing, s.d.

CLIMATE ACTION TRACKER. China country profile. Disponível em:
<https://climateactiontracker.org/countries/china/>. Acesso em: 15 dez. 2025.

CLIMATE CHAMPIONS. COP30 thematic days. Disponível em:
<https://www.climatechampions.net/news/cop30-thematic-days>. Acesso em: 16 dez. 2025.

CLIMAINFO. Como a Turquia sediará a COP31 com negociações comandadas pela Austrália. Disponível em: <https://climainfo.org.br/2025/11/24/como-a-turquia-sediara-a-cop31-com-negociacoes-comandadas-pela-australia/>. Acesso em: 14 dez. 2025.

CNN BRASIL. Turquia e Austrália confirmam acordo sobre divisão da sede da COP31. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/turquia-e-australia-confirmam-acordo-sobre-divisao-da-sede-da-cop31/>. Acesso em: 15 dez. 2025.

COMISSÃO EUROPEIA. *The European Green Deal.* Bruxelas, 2019.

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA. *European Green Deal.* Disponível em:
<https://www.consilium.europa.eu/en/policies/european-green-deal/>. Acesso em: 16 dez. 2025.

COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS – CFR. *U.S. Climate Policy and International Climate Finance.* New York: CFR, 2025.

COP30 BRASIL. COP30 announces ambitious thematic days, invites the world to Belém. Disponível em: <https://cop30.br/en/news-about-cop30/cop30-announces-ambitious-thematic-days-invites-the-world-to-belem>. Acesso em: 16 dez. 2025.

COP30 BRASIL. Tropical Forests Forever Facility (TFFF) proposes innovative financing model for conservation. Disponível em: <https://cop30.br/en/news-about->

cop30/tropical-forests-forever-facility-tfff-proposes-innovative-financing-model-for-conservation. Acesso em: 15 dez. 2025.

EARTH.ORG. Why gender will be high on the agenda at COP30. Disponível em: <https://earth.org/explainer-why-gender-will-be-high-on-the-agenda-at-cop30>. Acesso em: 14 dez. 2025.

ECONOMIST. Negotiators must prepare for a chaotic COP in Brazil. Disponível em: <https://www.economist.com/the-americas/2025/04/09/negotiators-must-prepare-for-a-chaotic-cop-in-brazil>. Acesso em: 14 dez. 2025.

EL PAÍS. Belém, una ciudad horno que sufre inundaciones periódicas y perdió árboles para recibir la COP30. Disponível em: <https://elpais.com/america/2025-11-22/belem-una-ciudad-horno-que-sufre-inundaciones-periodicas-y-perdio-arboles-para-recibir-la-cop30.html>. Acesso em: 15 dez. 2025.

G1. ONU chama reunião de emergência na COP30. Disponível em: <https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2025/07/31/onu-chama-reuniao-de-emergencia-cop30.ghtml>. Acesso em: 14 dez. 2025.

GLOBAL ALLIANCE OF TERRITORIAL COMMUNITIES – GATC. Declaração pública sobre a participação da GATC no TFFF. Disponível em: <https://globalalliance.me/pt-br/declaracao-publica-sobre-a-participacao-da-gatc-no-tfff/>. Acesso em: 19 dez. 2025.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY – IEA. *World Energy Investment 2024*. Paris: IEA, 2024. Disponível em: <https://www.iea.org/reports/world-energy-investment-2024>. Acesso em: 16 dez. 2025.

IPCC – Intergovernmental Panel on Climate Change. *Climate Change 2023: Synthesis Report*. Geneva: IPCC, 2023. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar6/syr/>. Acesso em: 14 dez. 2025.

LE MONDE. COP30 summit ends without a roadmap for phasing out fossil fuels. Disponível em: https://www.lemonde.fr/en/climate/article/2025/11/22/cop30-summit-ends-without-a-roadmap-for-phasing-out-fossil-fuels_6747733_96.html. Acesso em: 15 dez. 2025.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA (Brasil). Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF) propõe novo modelo de financiamento para conservação. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/noticias/o-valor-da-vida-entenda-como-funcionara-fundo-florestas-tropicais-para-sempre-tfff>. Acesso em: 19 dez. 2025.

MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS (Brasil). Governo do Brasil anuncia homologação de terras indígenas durante a COP30. Disponível em: <https://www.gov.br/povosindigenas/pt-br/assuntos/noticias/2025/11/governo-do-brasil-anuncia-homologacao-de-4-terras-indigenas-e-assinatura-de-10-portarias-declaratorias-durante-a-cop-30>. Acesso em: 14 dez. 2025.

NEO MONDO. A maior e melhor participação de indígenas da história de todas as COPs. Disponível em: <https://neomondo.org.br/amazonia/a-maior-e-melhor-participacao-de-indigenas-da-historia-de-todas-as-cops>. Acesso em: 14 dez. 2025.

NEXO JORNAL. COP30 em Belém: hospedagem e preços abusivos. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/podcast/2025/08/06/cop30-belem-hospedagem-precos-abusivos>. Acesso em: 14 dez. 2025.

ONU NEWS. Indígenas protestam na COP30 e presidência do evento diz que atos são legítimos. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2025/11/1851535>. Acesso em: 14 dez. 2025.

PEOPLE'S DAILY ONLINE. União Europeia elogia liderança do presidente brasileiro nas negociações climáticas da COP30. Disponível em: <https://portuguese.people.com.cn/n3/2025/1121/c309808-20393282.html>. Acesso em: 14 dez. 2025.

THE GUARDIAN. UN holds emergency talks over sky-high accommodation costs at COP30 in Brazil. Londres, 30 jul. 2025. Disponível em: <https://www.theguardian.com/environment/2025/jul/30/un-emergency-talks-sky-high-accommodation-costs-cop30-brazil>. Acesso em: 14 dez. 2025.

TFFF – Tropical Forests Forever Facility. Site institucional. Disponível em: <https://tfff.earth/>. Acesso em: 17 dez. 2025.

TFFF – Tropical Forests Forever Facility. Nota conceitual do TFFF. Disponível em: <https://tfff.earth/pt/feedback/>. Acesso em: 19 dez. 2025.

TRT WORLD. Cobertura internacional sobre a COP30. Disponível em: <https://www.trtworld.com/article/ca61e17d38ba>. Acesso em: 17 dez. 2025.

UNFCCC – United Nations Framework Convention on Climate Change. COP30 – Belém. Disponível em: <https://unfccc.int/cop30>. Acesso em: 15 dez. 2025.

UNFCCC – United Nations Framework Convention on Climate Change. COP30 IFP – Information for Participants. Disponível em: <https://unfccc.int/cop30/ifp>. Acesso em: 16 dez. 2025.

UNFCCC – United Nations Framework Convention on Climate Change. Draft decision on just transition (CMA 2025). Disponível em: https://unfccc.int/sites/default/files/resource/cma2025_L14_adv.pdf. Acesso em: 13 dez. 2025.

WORLD HEALTH ORGANIZATION – WHO. Climate change and health. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/climate-change-and-health>. Acesso em: 15 dez. 2025.

YOUTUBE. Vídeo sobre a COP30. Disponível em: <https://youtube.com/shorts/cSgW5KHCJR4?si=rn5-WkHRp67oFnep>. Acesso em: 14 dez. 2025.